

Intervenção de José Sócrates no Parlamento Europeu (Estrasburgo, 11 Julho 2007)

Source: Parlamento Europeu. Intervenção do Primeiro-Ministro José Sócrates no Parlamento Europeu, Apresentação do Programa da Presidência Portuguesa. Estrasburgo: Parlamento Europeu, 11.07.2007. 20 p.

<http://www.ue2007.pt/NR/rdonlyres/B67FA191-1316-4EDD-B8E8->

[F346E5F535E7/0/PMParlamentoEuropeuversãoportuguesa11Julho2007.pdf](http://www.ue2007.pt/NR/rdonlyres/B67FA191-1316-4EDD-B8E8-F346E5F535E7/0/PMParlamentoEuropeuversãoportuguesa11Julho2007.pdf).

Copyright: (c) Parlamento europeu

URL: http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_jose_socrates_no_parlamento_europeu_estrasburgo_11_julho_2007-pt-b68a97e4-2165-42c7-a727-968d6cc7b6b3.html

Publication date: 05/09/2012

Intervenção do Primeiro-Ministro José Sócrates no Parlamento Europeu: Apresentação do Programa da Presidência Portuguesa (Estrasburgo, 11 de Julho de 2007)

Senhor Presidente (meu caro Hans-Gert Pöttering),
Senhor Presidente da Comissão Europeia (meu caro José Manuel Durão Barroso),
Senhoras e Senhores Deputados,

1. Saudação

Ao iniciar o semestre da presidência portuguesa, perante os representantes legítimos dos cidadãos europeus, quero reafirmar a ideia-força que nos orienta: queremos uma Europa mais forte para um Mundo melhor!

Para tanto assumimos um compromisso claro: tudo faremos para ultrapassar o período de dúvida e de incerteza quanto ao rumo a seguir pelo projecto europeu. E pedimos aqui, na sede da democracia europeia, a todos vós, Senhores Deputados, que nos acompanhem neste objectivo comum!

É sabido que Portugal não foi um país fundador das Comunidades Europeias. Mas, quando restabelecemos a democracia no nosso país, em 1974, depois de quarenta e oito anos de regime autoritário, o nosso principal objectivo foi precisamente a adesão às então Comunidades Europeias. Concretizámo-lo em 1986. Ao assumirmos pela terceira vez a presidência do Conselho de Ministros da União, quero reafirmar perante vós a determinação e o empenho do Governo português na defesa e aprofundamento dos valores da paz, da liberdade, da solidariedade e da prosperidade que inspiraram os pais fundadores em 1957. Valores esses que todos juntos, agora que somos vinte e sete Estados membros e quase 500 milhões de cidadãos, reafirmámos em Berlim, em Março passado.

Tenho confiança que este semestre marcará a saída dos impasses e bloqueios que persistem há demasiado tempo no projecto europeu. O exemplo do projecto de integração europeia motiva muitos povos e países nos vários quadrantes do planeta que têm, aliás, dificuldade em compreender os nossos impasses e que são os primeiros a pedir um protagonismo mais activo da União Europeia.

Sempre considerei e continuo a considerar o projecto europeu como um dos mais críticos e generosos projectos políticos dos nossos tempos. A construção da Europa é importante para a economia europeia, para a promoção dos valores europeus e para os cidadãos europeus. Mas é igualmente importante para enfrentar os desafios globais, para aproveitar as oportunidades destes tempos de mudança e para construir um Mundo mais estável, mais justo e mais desenvolvido. Não são apenas os povos europeus que precisam de uma Europa forte. É o Mundo que precisa de uma Europa com uma voz mais presente.

O êxito de uma presidência depende sempre da clareza do seu programa. Para nós, as prioridades estão bem identificadas: a reforma dos Tratados; uma agenda de modernização das economias e das sociedades europeias e o reforço do papel da Europa no Mundo.

2. A reforma dos Tratados

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores deputados,

O nosso principal desafio consiste, portanto, em retomar o processo de reforma dos Tratados, com base no mandato adoptado no último Conselho Europeu. É com gosto que sublinho e saúdo, perante vós, o mérito da estratégia e da negociação levada a cabo pela Chanceler alemã Ângela Merkel, que sempre apoiámos ao longo destes últimos seis meses. Tal como gostaria de agradecer a clareza das posições deste Parlamento, na Resolução que votou com base no Relatório Barón Crespo-Brok, no sentido de ser encontrado um acordo entre os Estados-Membros que preservasse o essencial da ambição do Tratado Constitucional e que acomodasse os sinais decorrentes dos referendos francês e holandês.

O avanço registado no último Conselho Europeu só foi possível devido ao impulso dado pelo Parlamento Europeu, que soube, sobre esta matéria, definir uma posição forte, coerente e construtiva, não se resignando ao impasse.

O acordo alcançado no Conselho Europeu de 21 e 22 de Junho traduziu-se num mandato claro e preciso como sempre Portugal considerou necessário. Temos agora condições para avançar.

Todavia, não tenho dúvidas: o momento decisivo deu-se em Outubro de 2006 quando os Chefes de Governo dos três países que constituiriam o trio de presidências – Alemanha, Portugal e Eslovénia – acordaram incluir no seu programa conjunto a resolução do impasse institucional como primeira prioridade. Nessa altura, poucos acreditavam que tal objectivo fosse possível. A verdade é que esse objectivo está agora ao nosso alcance.

Partimos portanto com confiança. Cabe-nos acabar esta tarefa: transformar o mandato num novo Tratado. Sei bem que o que temos pela frente é um trabalho de negociação e de concertação difícil e exigente. Estou preparado para os problemas que sempre surgem, em especial, na fase final dos processos negociais. Mas sei que o podemos fazer. Uma coisa para mim é clara. O nosso mandato não é para alterar o mandato, mas sim transformar o mandato em Tratado.

Este mandato torna claro o que do anterior Tratado Constitucional é abandonado, o que é que dele é retomado no Tratado Reformador e o que é que se adita em termos inovatórios ao Tratado de Nice.

E o melhor é aproveitarmos o *momentum* político. Andamos depressa. Decidi abrir a Conferência Intergovernamental no próximo dia 23 de Julho à margem do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da União Europeia. Nesse mesmo dia distribuiremos um projecto de Tratado elaborado com base nas instruções detalhadas que constam do mandato.

Ainda no decorrer dessa mesma semana convocaremos reuniões de peritos jurídicos para analisar o texto e identificar eventuais dificuldades. A reunião informal de Ministros dos Negócios Estrangeiros de 7 e 8 de Setembro servirá para fazer o ponto de situação dos trabalhos. A nossa intenção é trabalhar activamente para que seja possível um acordo sobre o Tratado durante o Conselho Europeu informal de 18 e 19 de Outubro, em Lisboa. Julgo que este calendário é o que melhor corresponde ao espírito e à vontade de todas as instituições europeias e o que melhor serve o interesse da União.

Para atingir esse objectivo conto com o Parlamento Europeu. Por essa razão defendi que o Parlamento Europeu se fizesse representar na Conferência Intergovernamental com três representantes, permitindo desse modo assegurar uma maior representatividade desta câmara.

E por essa mesma razão irei propor, sempre que a Conferência Intergovernamental se reúna ao nível de Chefes de Estado e Governo, que o Parlamento Europeu esteja representado pelo seu Presidente.

Sei que posso contar com o contributo de todas as instituições. Agradeço à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu a emissão rápida dos seus pareceres.

E agradeço ao Parlamento Europeu o esforço que fez para que também o seu possa ser aprovado hoje, completando assim as condições para a abertura da Conferência Intergovernamental.

Conto também com a vontade e o empenho de todos os Estados-membros. Este é um momento de convergência em que todas as instituições se unem para que uma decisão rápida sobre o Tratado possa constituir um sinal claro de confiança e de determinação da Europa em avançar no seu projecto de União.

3. Uma Agenda de modernização da economia e da sociedade europeia

Mas a reforma dos tratados constitui apenas uma parte das tarefas que se colocam à União nos próximos meses. Com efeito, para além das questões institucionais, os cidadãos europeus exigem respostas às questões

que lhes dizem directamente respeito no seu quotidiano e onde reconhecem que a Europa tem que produzir resultados concretos que façam a diferença e contribuam para a melhoria das suas condições de vida.

A Europa tem que investir mais numa agenda de modernização.

Há pouco mais de sete anos, o então Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, veio a esta Câmara apresentar-vos a Estratégia de Lisboa que tem sido o roteiro para a modernização da economia e da sociedade europeias.

É pois com especial satisfação que vos digo que a “Estratégia de Lisboa” estará, de novo, no centro das nossas preocupações. A estratégia definida em 2000 com vista a reforçar a competitividade com coesão social, pela aposta no conhecimento e na inovação, permanece o caminho certo e mantém o apoio das principais forças políticas europeias.

Os resultados das reformas económicas levam por vezes tempo a revelarem-se. Mas estão agora a aparecer claramente por detrás de uma tendência mais consistente para o crescimento no espaço europeu. Há que reforçar a sua implementação, conjugando melhor todos os novos instrumentos adoptados em 2005, desde os programas nacionais de reformas aos programas comunitários e aos fundos estruturais.

O que vamos fazer é contribuir activamente para um novo ciclo da Agenda de Lisboa, que será aprovado na Primavera de 2008, durante a presidência Eslovena. Mas prepararemos esse novo ciclo mantendo o equilíbrio entre as três componentes daquela Agenda: a económica, a social e a ambiental.

A revisão do mercado interno permitirá colocar a ênfase na competitividade das empresas, na abertura de mercados e na eliminação dos custos de contexto (dedicando especial atenção ao contributo do governo electrónico), bem como no papel que as indústrias culturais poderão desempenhar em termos de criação de emprego, crescimento económico e inovação.

O próximo semestre será também particularmente relevante quanto às opções de política energética e ambiental. Nesta matéria, o objectivo da Europa só pode ser um: manter a liderança na área ambiental e, em particular, na luta contra as alterações climáticas.

Desde logo, cumpriremos os objectivos de promover o debate sobre um plano de acção tecnológico em matéria energética e ambiental – com especial destaque para a eficiência energética –, bem como sublinharemos o papel dos bio-combustíveis, muito em especial no quadro da relação que resultou da primeira cimeira entre a União Europeia e o Brasil.

Do mesmo modo colocaremos na agenda europeia o tema da escassez de água e das situações de seca, bem como prosseguiremos a preparação da posição da União na conferência destinada a debater o quadro de referência pós-Quioto. Lançaremos também o debate para a construção das bases para uma efectiva política marítima europeia.

Queremos dar à dimensão social da “Estratégia de Lisboa” a visibilidade e relevância que merece. Ao passarem dez anos sobre o lançamento da “Estratégia Europeia do Emprego”, parece-nos essencial promover o debate sobre as melhores formas de coordenação das políticas de emprego, tendo em vista potenciar a criação de postos de trabalho sustentáveis num quadro de competição global. Esta linha de acção da presidência portuguesa será estreitamente articulada com a qualificação dos recursos humanos, a conciliação do trabalho com a vida familiar, a luta contra a pobreza e a exclusão.

O modelo social europeu, na sua reconhecida diversidade, impõe uma reflexão conjunta sobre a sustentabilidade dos sistemas de pensões de reforma e aposentação, bem como a identificação das reformas necessárias nos mercados laborais e nos sistemas de protecção perante os riscos sociais. Nesse contexto, o debate sobre a denominada “flexigurança” deverá nortear-se pela procura de soluções integradas e equilibradas, uma tradução prática em princípios gerais e comuns a nível europeu que tenham em conta a diversidade das realidades sociais nos diferentes Estados membros da União.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Para a presidência portuguesa, um dos valores estruturantes do projecto europeu assenta no binómio liberdade-segurança enquanto elementos inseparáveis.

Neste contexto, o **reforço da cooperação policial e judiciária na luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada será uma prioridade da Presidência.**

O terrorismo mantém-se como uma das maiores ameaças à paz e segurança internacionais. **Mas as democracias não temem o terrorismo e sabem como ser firmes perante esta ameaça.** Se há um bom exemplo desta firmeza ele foi dado a semana passada pelo governo britânico, a quem quero expressar a solidariedade de todos os países da União.

A luta contra o terrorismo deve, por isso, manter-se como um objectivo comum a todos os Estados membros. Porque só a cooperação europeia permite prevenir, proteger e perseguir o terrorismo.

A presidência portuguesa irá trabalhar com vista à concretização das iniciativas em curso no âmbito da Estratégia da União Europeia contra o Terrorismo, para o cumprimento do Plano de Acção de Luta contra o Terrorismo e para a continuação da aplicação da estratégia contra a radicalização e o recrutamento de terroristas, que será alvo de revisão no decurso deste semestre.

Consideramos por isso urgente a substituição do Senhor DeVries e a definição dos meios e do mandato que lhe permitam cumprir a sua missão com eficácia.

Não há liberdade sem segurança. Esta é a lição da História. É por isso que a política de segurança da União é essencial também para preservar a natureza aberta e tolerante das sociedades europeias.

Não escondo, por isso, o orgulho em candizer que foi Portugal que propôs, e foi uma empresa portuguesa que concebeu, a solução tecnológica (SIS-ONE4ALL) para que os novos Estados-membros pudessem aderir plenamente ao espaço Schengen e para que as fronteiras com esses países possam desaparecer no final da presidência portuguesa.

Daremos assim satisfação a um dos maiores anseios desses cidadãos: a livre circulação de pessoas no espaço da União.

Mas quero deixar também uma palavra sobre política de imigração. Daremos uma especial atenção a este tema durante a nossa presidência. A Europa é hoje um espaço de acolhimento para milhões de imigrantes que aqui vivem, aqui trabalham, aqui educam os seus filhos e cujo contributo é indispensável para o crescimento económico europeu.

Temos, por isso, que construir uma política de imigração europeia assente no combate à imigração clandestina, numa política de inclusão e de integração dos imigrantes legais e numa efectiva cooperação com os países de origem que seja capaz, com benefícios mútuos, de regular os fluxos migratórios.

Só uma política que actue na origem e no destino, nas causas e nos efeitos, estará à altura da dimensão do fenómeno e em sintonia com os nossos valores e com as nossas responsabilidades.

4. O reforço do papel da Europa no Mundo

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

O actual momento internacional, por seu turno, cria especiais responsabilidades à União Europeia. Os

cidadãos europeus são inequívocos na exigência de um activo protagonismo internacional, com base nos valores do direito internacional, do respeito mútuo, do diálogo e da concertação. Do mesmo modo, são inequívocas as expectativas da comunidade internacional quanto a um envolvimento empenhado e coerente da União nos grandes temas internacionais.

Neste segundo semestre de 2007 convergem decisões inadiáveis sobre questões delicadas da agenda global – futuro do Kosovo, dossier nuclear do Irão, crise humanitária no Darfur – com um conjunto de Cimeiras bilaterais particularmente relevantes: Índia, China, Rússia e Ucrânia. O relacionamento com os Estados Unidos, no quadro definido pela Cimeira de Washington, sob presidência alemã, será objecto do acompanhamento empenhado que requer a relevância estratégica da relação transatlântica.

Assumiremos, em todos os casos, as responsabilidades inerentes à presidência, em estreita articulação com o Alto Representante para a Política Externa, Javier Solana e com a Comissão Europeia.

Três iniciativas a que estamos particularmente ligados merecem um destaque especial: a Cimeira com o Brasil, a Cimeira com a África e as reuniões Euromediterrânicas (nas áreas das migrações, energia, negócios estrangeiros e ecofin/comércio).

Nesta primeira semana de presidência realizámos já a Cimeira com o Brasil, tendo em vista projectar as nossas relações para um estágio superior de conhecimento mútuo e de estreita cooperação em todos os planos. Esta iniciativa é particularmente cara a nós, portugueses, que partilhamos a língua e muito da nossa cultura e história com o Brasil. Pretendemos assim criar as condições políticas para que, à semelhança do que sucede com as outras potências económicas emergentes, se institucionalize, para futuro, um relacionamento formal mutuamente benéfico para a Europa e para o Brasil, deste modo contribuindo também para o aprofundamento do relacionamento mais geral que desejamos com toda a América Latina.

O relacionamento mais próximo com o Brasil trará também resultados concretos na resposta aos desafios globais. A cimeira da semana passada com o Presidente Lula da Silva permitiu, aliás, manter aberta uma janela de oportunidade que importa explorar nas negociações da Ronda de Doha, e tudo faremos para apoiar a acção da Comissão Europeia neste contexto. Sou dos que pensam que as negociações da Ronda de Doha representam um elemento relevante de regulação da globalização e a sua conclusão positiva continua a ser uma preocupação da presidência.

As reuniões ministeriais EUROMED, por seu turno, inserem-se num quadro de cooperação rodado, o denominado Processo de Barcelona e a Nova Política de Vizinhança, mas sublinham o valor que atribuímos ao relançamento de um debate político de fundo com os nossos parceiros da orla sul do Mediterrâneo. Partilhamos preocupações comuns e estamos confrontados com desafios de desenvolvimento e de coesão social que sublinham a crescente interdependência das duas margens do Mediterrâneo e estamos convencidos que poderemos contribuir para a ultrapassagem de alguns bloqueamentos em domínios fundamentais como a gestão dos fluxos migratórios e o contributo que as diásporas podem dar ao desenvolvimento dos países de origem, com o apoio e o empenhamento dos países europeus e das instituições internacionais relevantes.

Finalmente, propomo-nos realizar a segunda Cimeira entre a União Europeia e a África, depois de termos estado na base da Cimeira antecedente, em 2000, no Cairo. Sem ignorarmos algumas dificuldades que terão que ser ultrapassadas, é nossa convicção que nada pode justificar que ao longo de sete anos não tenha tido lugar este tipo de encontros ao mais alto nível, quando está em causa o relacionamento entre dois continentes tão próximos do ponto de vista histórico e tão interdependentes no Mundo actual.

Portugal está particularmente bem posicionado para assumir esta responsabilidade e conta decididamente com o contributo da União Africana e de todos os países europeus e africanos para que esta Cimeira corresponda a um momento de relançamento do diálogo e da cooperação nos temas de maior interesse comum. Assumimos a necessidade de definir uma nova parceria estratégica entre a UE e África, tendo em vista os objectivos de desenvolvimento sustentável, da garantia da paz, do combate às doenças endémicas e de um partenariado equilibrado de gestão dos fluxos migratórios de forma mutuamente benéfica.

5. Construir consensos para fazer avançar o projecto europeu

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Temos consciência de que assumimos a presidência num momento delicado da conjuntura internacional e de que fomos ambiciosos na definição dos nossos próprios objectivos de que acabo de vos traçar uma panorâmica necessariamente muito geral. Sabemos que as presidências, por si sós, não resolvem todos os problemas que se colocam, mas podem fazer a diferença se assumirem objectivos claros, humildade na forma de os prosseguir e vontade de promover os consensos necessários.

Essa é a nossa firme intenção.